



FINANÇAS PÚBLICAS DE MOÇAMBIQUE ENTRE 2015 E 2024

Marcelo Mucoana

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objectivo analisar a evolução recente das finanças públicas de Moçambique, com enfoque no período 2015-2024, procurando compreender como a estrutura das receitas, a dinâmica da dívida, a composição da despesa e algumas variáveis orçamentais e administrativas se comportaram nos últimos anos. O problema de pesquisa decorre da necessidade de identificar se o comportamento das contas públicas revela sinais de dependência externa, pressões de endividamento e mudanças nas prioridades de despesa.

Os objectivos específicos são:

- Analisar a estrutura das receitas públicas e a dependência de recursos externos;
- Examinar a dinâmica da dívida pública e o saldo orçamental;
- Avaliar a composição da despesa pública e as prioridades implícitas na sua afectação;

O estudo encontra-se organizado em sete secções. A primeira apresenta a introdução, na qual se expõem o problema de pesquisa e os objectivos do trabalho. A segunda secção descreve a metodologia utilizada na análise. A terceira examina a estrutura das receitas públicas e o grau de dependência externa. A quarta analisa a dinâmica da dívida e o saldo orçamental. A quinta secção aborda a composição da despesa pública e as prioridades reveladas pela sua afectação. A sexta secção discute os resultados e suas possíveis implicações. A sétima e última secção apresenta o resumo dos principais resultados do estudo.

1. METODOLOGIA

A obtenção dos objectivos definidos baseou-se na análise de dados provenientes da Conta Geral do Estado (CGE) do Ministério da Economia e Finanças e Indicadores de Desenvolvimento Mundial [WDI¹] do Banco Mundial para o período 2015-2024. Para o primeiro objectivo, examinou-se a evolução das receitas totais, dos principais impostos

¹ Na versão inglesa e mais usual: *World Development Indicators (WDI)*.

(IRPC², IVA³ e IRPS⁴) e dos donativos, observando o seu peso relativo e a forma como contribuem para a redução do défice. Para o segundo objectivo, utilizaram-se estatísticas descritivas do défice, das receitas, das despesas e dos níveis de dívida pública total, interna e externa, complementadas pela classificação de sustentabilidade proposta por Yartey e Turner-Jones (2014), baseada na relação da Dívida/PIB⁵.

Para o terceiro objectivo, analisou-se a distribuição da despesa entre níveis territoriais de governo, a evolução das despesas de funcionamento e de investimento e a afectação sectorial, com destaque para educação, saúde e agricultura, bem como a trajectória da despesa com o pessoal em termos absolutos e em percentagem da despesa total e como percentagem do PIB.

2. ESTRUTURA DAS RECEITAS E DEPENDÊNCIA EXTERNA

A análise da estrutura das receitas públicas no período 2015-2024 permite compreender como o Estado tem financiado as suas actividades e em que medida depende de fontes externas para superar a insuficiência das receitas internas. A evolução das componentes tributárias e dos donativos revela a vulnerabilidade estrutural associada ao financiamento externo, especialmente num contexto de défice persistente.

De acordo com o gráfico 1, as receitas totais do Estado apresentam uma tendência crescente ao longo do período considerado. Observa-se que o IRPC e o IVA alternam como os impostos que mais contribuem para as receitas públicas. Ambas as variáveis registam contribuições entre 20 e 30%, com picos próximos de 40% nos anos de 2019 e 2022. Nos anos mais recentes (2023 e 2024), o IRPC assume uma contribuição superior, enquanto o IRPS mantém, de forma consistente, uma participação menor que a dos outros dois impostos, situando-se de forma estável entre 10 e 20%.

No que diz respeito aos donativos, a segunda metade do período estudado revela valores significativamente mais elevados, situando-se em torno de cinquenta mil milhões de meticais, ao passo que na primeira metade estes montantes ficaram abaixo de metade desse valor. O gráfico 2 mostra que, embora o défice apresente uma tendência de agravamento, os donativos têm desempenhado um papel importante na mitigação do défice; isto é, sem a presença dos donativos o défice das contas públicas seria consideravelmente mais negativo (Em 2024, os donativos ajudaram a reduzir o défice de 112 para cerca de 70 mil milhões de meticais).

² Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

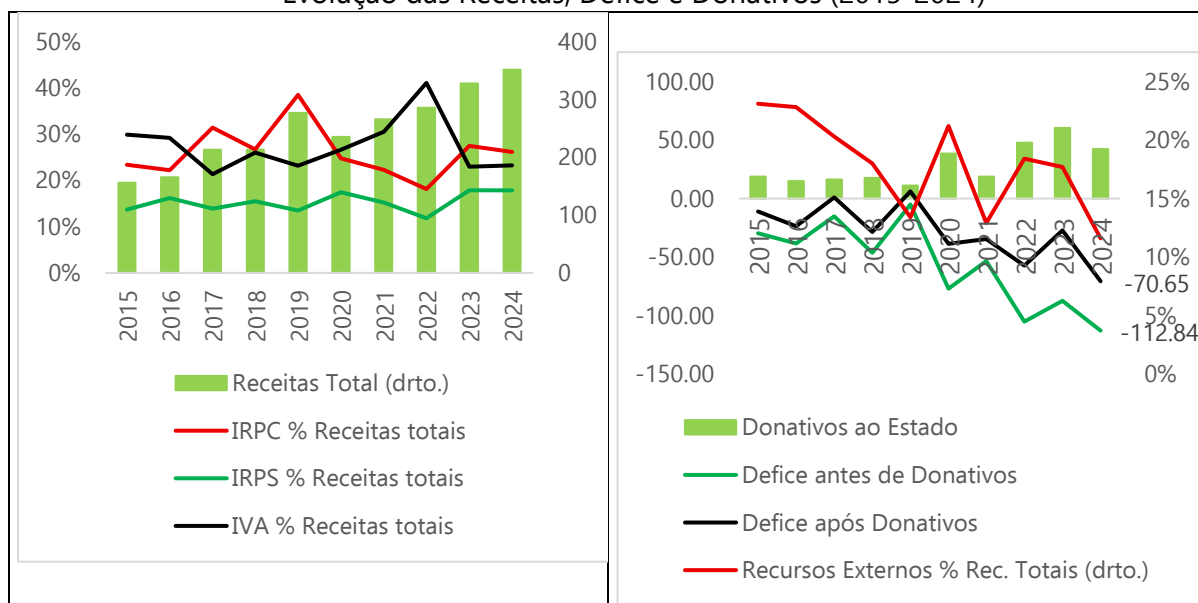
³ Imposto sobre o Valor Acrescentado.

⁴ Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

⁵ Este critério utiliza o rácio Dívida Pública/PIB como principal indicador de sustentabilidade fiscal, classificando-o em três categorias: rácio superior a 90% (alto endividamento), rácio entre 60% e 90% (médio endividamento) e rácio inferior a 60% (baixo endividamento) e, como anteriormente referido, estes indicadores devem ser ponderados com a capacidade de pagamento.

Apesar do acréscimo nos donativos, o peso dos recursos externos no conjunto dos recursos totais tem vindo a reduzir-se ao longo do tempo, passando de cerca de 25% em 2015 para aproximadamente 10% em 2024.

Gráficos 1 e 2
Evolução das Receitas, Défice e Donativos (2015-2024)



Fonte: Elaborado pelo autor; dados da CGE.

Notas: As Receitas Totais, , Donativos ao Estado e défices são medidos em mil milhões de metcais. Para Receita Total e Donativos ao Estado foi usada a escala no eixo vertical à direita.

Apesar do crescimento das receitas internas, o comportamento dos donativos continua a desempenhar um papel determinante na gestão do défice, embora a dependência relativa de recursos externos esteja a decrescer. O Estado revela maior capacidade de mobilização interna de receitas, mas mantém fragilidades estruturais que exigem consolidação fiscal⁶ e diversificação das fontes internas de financiamento.

3. DINÂMICA DA DÍVIDA E SALDOS

A dívida pública e o saldo orçamental constituem elementos centrais para avaliar a sustentabilidade das contas do Estado e os riscos macroeconómicos associados. O comportamento do défice, das receitas, das despesas e dos diferentes componentes da dívida permitem identificar períodos de maior vulnerabilidade e o grau de pressão sobre as finanças públicas.

⁶ A consolidação fiscal (ou ajuste fiscal) é o conjunto de medidas adoptadas por um governo para reduzir o seu défice orçamentário e controlar o crescimento da dívida pública.

De acordo com a quadro 1, que apresenta algumas estatísticas descritivas: o défice antes dos donativos atingiu um máximo de 10% do PIB, apesar de, em algum momento, ter registado um mínimo de 1% do PIB. No período em análise, o défice situou-se, em média, em torno de 6% do PIB. No que respeita às despesas públicas, o Governo chegou a executar despesas de montante equivalente a 43% do PIB, tendo o valor mínimo alcançado sido de 31%. De forma geral, ao longo do período, as despesas do Estado mantiveram-se numa média de aproximadamente 35% do PIB.

As receitas públicas, por sua vez, alcançaram um máximo de 30% do PIB e um mínimo de 24%, situando-se, em média, em torno de 26% do PIB. No que concerne ao endividamento, o stock da dívida pública total atingiu um máximo de 102% do PIB. O mínimo registado, equivalente a 72% do PIB, embora menos preocupante, em termos teóricos, coloca o país na categoria de risco moderado, ao contrário dos 102%, que o classificam⁷ como um país de alto risco. Em média, o stock da dívida pública situou-se em torno de 83%.

A dívida pública moçambicana revela-se maioritariamente externa, tendo registado, em média, cerca de 64% do PIB, contra 19% da dívida interna. A análise histórica da sustentabilidade da dívida, baseia-se na segmentação metodológica proposta por Yartey e Turner-Jones (2014)⁸.

Quadro 1
Estatísticas Descritivas dos Indicadores das Finanças Públicas (2015-2024)

| Variáveis | Observações | Média | Mínimo | Máximo |
|---------------------------------|-------------|-------|--------|--------|
| Défice antes de Donativos % PIB | 10 | -6% | -10% | -1% |
| Dívida Pública total % PIB | 10 | 83% | 72% | 102% |
| Dívida Pública Interna % PIB | 10 | 19% | 12% | 29% |
| Dívida Pública Externa % PIB | 10 | 64% | 45% | 89% |
| Despesas Totais % PIB | 10 | 35% | 31% | 43% |
| Receitas do Estado % PIB | 10 | 26% | 24% | 30% |

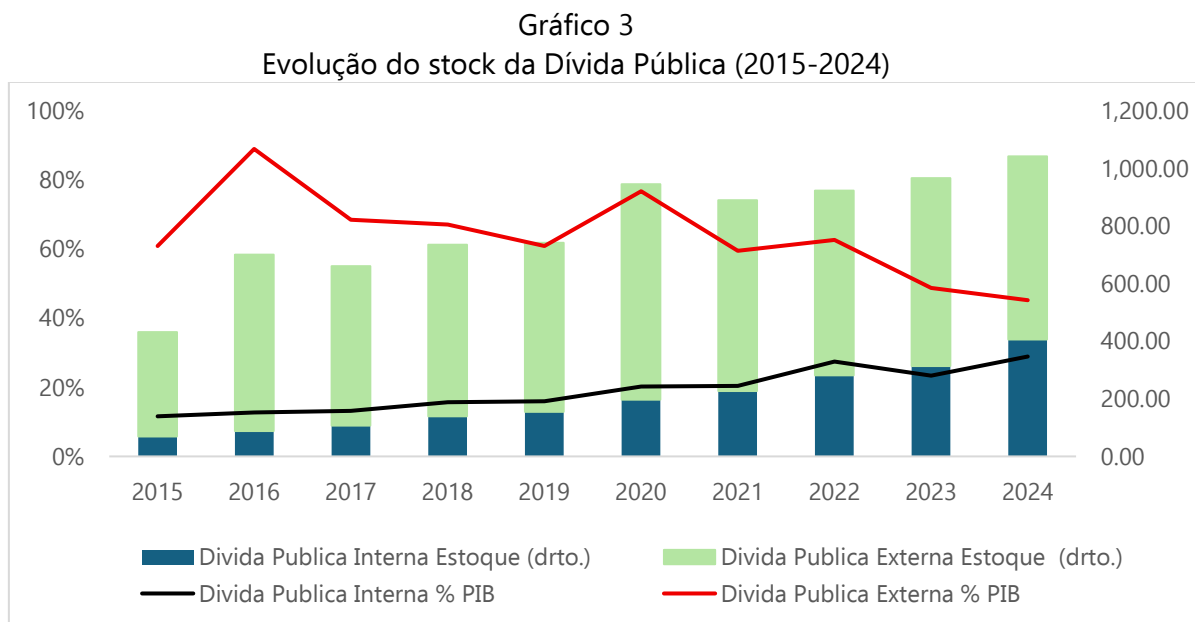
Fonte: Elaborado pelo autor, dados da CGE.

Como é conhecido, em vários momentos, os prazos de pagamento da dívida (ou de parte dela) foram renegociados, perdoados ou adiados, o que implica que o stock da dívida apresenta uma tendência claramente crescente (o alargamento do prazo da dívida pode vir acompanhado do aumento dos juros). Paralelamente, observa-se que as dívidas interna e externa, como percentagem do PIB, exibem trajetórias distintas: enquanto a dívida interna tem crescido, a dívida externa tem reduzido, o que é justificado pela redução dos recursos externos (empréstimos), motivada pelas reacções de países cooperantes relativamente às designadas 'dívidas ocultas'.

⁷ No caso do volume e percentagem da dívida a análise deve alargar-se ao poder de pagamento, o que reflectiria uma outra realidade de risco e estabilidade.

⁸ A abordagem foi explicada na metodologia.

O gráfico 3 evidencia, no último ano analisado (2024), que ambos os tipos de dívida contribuem de forma quase equilibrada para o total do stock da dívida pública em percentagem do PIB.



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da CGE.

Nota: O stock da dívida está medido em mil milhões de meticais.

Observa-se um quadro fiscal caracterizado por défices persistentes, níveis elevados de endividamento e crescente pressão sobre a dívida interna, suportada pela banca comercial e, indirectamente, por empresas com participação do Estado. Embora a classificação metodológica indique alternância entre risco moderado e elevado, a tendência ascendente do stock da dívida reforça a necessidade de redução dos gastos do Estado (reestruturação/reformas do Estado), maior eficácia tributária, aumento da base tributária e menos corrupção, menores taxas de juro (a política monetária deve ser conduzida considerando os seus impactos nas contas públicas). As receitas, um dos suportes fundamentais para o equilíbrio e redução dependência orçamental, devem assentar em aumentos da produção nacional e da fiscalização, evitando-se alargamentos da base tributária a estratos sociais com menor rendimento (economias informais e taxas sobre serviços do Estado), e/ou que, simultânea e coordenadamente, existam reduções do IRPC, IRPS e IVA e da conseqüente tendência de fuga ao fisco.

4. COMPOSIÇÃO E PRIORIDADES DA DESPESA PÚBLICA

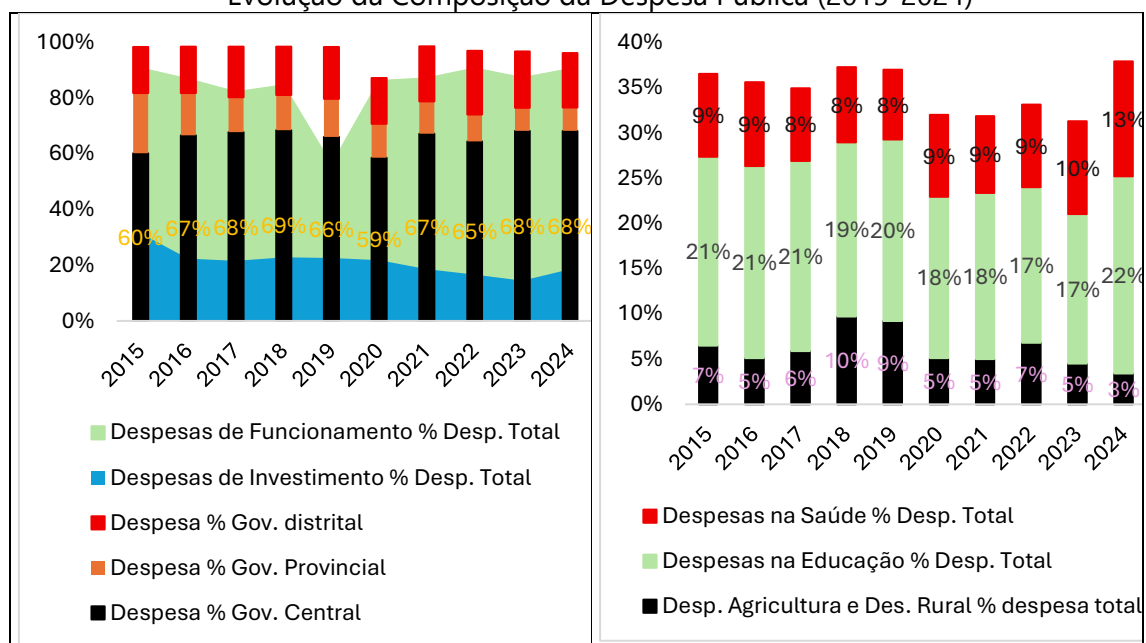
A análise da despesa pública entre 2015 e 2024 permite perceber como o Estado tem distribuído os seus recursos entre diferentes níveis de governo, funções e rubricas orçamentais. A distinção entre despesas de funcionamento e de investimento, assim como a afectação sectorial e territorial constitui um elemento fundamental para

compreender as prioridades governamentais e a sua coerência com os objectivos de desenvolvimento.

De acordo com os gráficos 4 e 5 (2015-2024), observa-se que em quase todos os anos, excepto em 2020, quando o valor foi de 59%, o Governo Central absorveu mais de 60% da despesa pública, deixando o remanescente destinado aos outros níveis governamentais. Verifica-se igualmente que a percentagem da despesa de funcionamento tem registado uma trajectória ascendente, ao contrário da despesa de investimento. Ao longo do período, estas duas componentes (funcionamento e investimento) mantiveram-se em torno de 80% e 20%, respectivamente.

No que concerne à afectação sectorial da despesa, apesar de algumas oscilações, o Estado tem despendido cerca de 20% do total em educação e 10% em saúde. As despesas em agricultura e desenvolvimento rural apresentam um comportamento distinto: entre 2015 e 2019 manteve-se relativamente próxima de 10% (valor que atingido apenas em 2018), mas, a partir de 2020, verificou-se uma queda acentuada, culminando em apenas 3% em 2024.

Gráficos 4 e 5
Evolução da Composição da Despesa Pública (2015-2024)

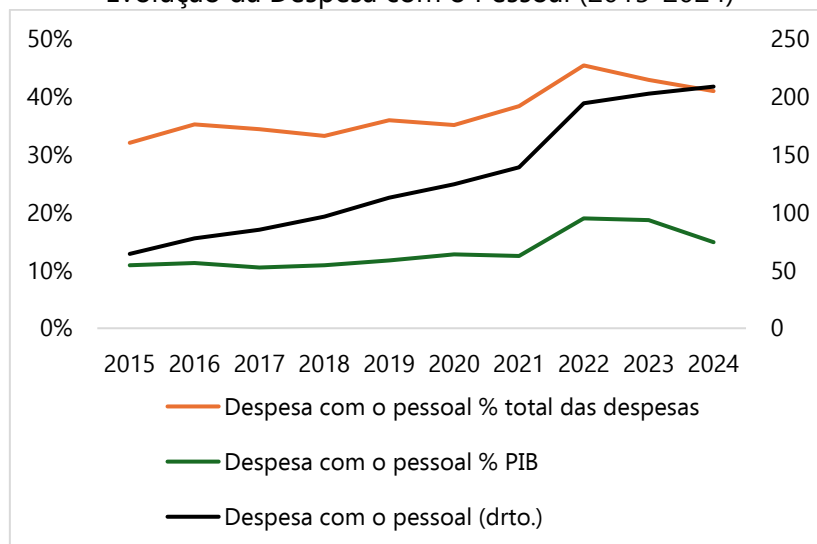


Fonte: dados da CGE, elaborado pelo autor.

De acordo com o gráfico 6 (2015-2024), as despesas com pessoal têm registado um aumento expressivo, passando de cerca de cinquenta mil milhões de meticais em 2015 para aproximadamente duzentos mil milhões de meticais em 2024. Como percentagem das despesas totais, esta rubrica manteve-se sempre acima de 30% e chegou a valores próximos de 50%, sendo a rubrica que mais contribuiu para o aumento das despesas de funcionamento. Observa-se, adicionalmente, que esta rubrica se mantém estável como

percentagem do PIB, situando-se entre 10% e 15%, o que significa que cerca de um décimo do PIB nacional é destinado aos custos com pessoal. A redução destes gastos tem sido objecto de crescente pressão do Fundo Monetário Internacional e de opiniões de académicos moçambicanos, porém não correspondida com políticas governamentais.

Gráfico 6
Evolução da Despesa com o Pessoal (2015-2024)



Nota: Os valores das despesas com pessoal no eixo vertical direito são medidos em mil milhões de meticais.

Fonte: dados da CGE, elaborado pelo autor.

Os dados no gráfico 4 revelam uma despesa pública fortemente concentrada no Governo Central, com predomínio crescente das despesas de funcionamento, pressionadas sobretudo pelas despesas com o pessoal. A queda acentuada da despesa em sectores estratégicos, como a agricultura, e a estagnação relativa das dotações para educação e saúde sugerem que a estrutura da despesa carece de reformas para favorecer investimento produtivo e maior impacto socioeconómico e de desenvolvimento a longo prazo.

5. DISCUSSÃO E IMPLICAÇÕES

Os resultados obtidos evidenciam que as finanças públicas moçambicanas, ao longo do período em análise, foram marcadas por uma combinação de crescimento das receitas, persistência de elevados défices fiscais.

No domínio da dívida pública, os resultados revelam uma situação de crescente vulnerabilidade fiscal. Embora a dívida externa tenha constituído a principal fonte de endividamento do Estado, observa-se uma trajectória de crescimento mais acelerado da dívida interna. Este fenómeno demonstra uma alteração na estrutura do financiamento público, em que o Estado passou a recorrer de forma mais intensa ao mercado interno para cobrir necessidades de tesouraria e financiamento do défice. Contudo, apesar de

representar, em média, cerca de 30% do stock total da dívida pública, entre 2020 e 2024, a dívida interna absorve a maior parcela dos encargos da dívida, correspondendo a aproximadamente 72% do total dos custos associados ao serviço da dívida (Boene, 2025). Tal situação evidencia o elevado custo do financiamento interno e os riscos que este representa para a sustentabilidade das finanças públicas.

O crescimento acelerado da dívida interna possui igualmente implicações macroeconómicas importantes. Segundo o FMI (2025), a expansão do crédito interno ao Estado produziu um efeito de *crowding out* sobre o crédito ao sector privado, reduzindo o acesso das empresas ao financiamento e contribuindo para o abrandamento do crescimento económico. Esta dinâmica sugere que o aumento das necessidades de financiamento do Estado não apenas agrava os encargos orçamentais futuros, mas também compromete o investimento privado e a capacidade produtiva da economia. Assim, o endividamento interno excessivo tende a gerar um ciclo de menor crescimento económico, menor arrecadação fiscal e maior pressão sobre o défice público.

Os elevados défices fiscais registados ao longo do período analisado reduziram significativamente o espaço fiscal do Governo, limitando a sua capacidade de resposta a choques, conforme assinala o FMI (2025). Esta limitação tornou-se particularmente preocupante num contexto caracterizado por crises sucessivas, incluindo choques climáticos, alterações na cooperação e investimento externo, instabilidade de preços internacionais e de segurança interna. Embora o aumento das receitas fiscais possa contribuir para a consolidação orçamental, as circunstâncias sugerem que existe maior margem de ajustamento no lado da despesa pública, sobretudo no controlo das despesas de funcionamento (FMI, 2025).

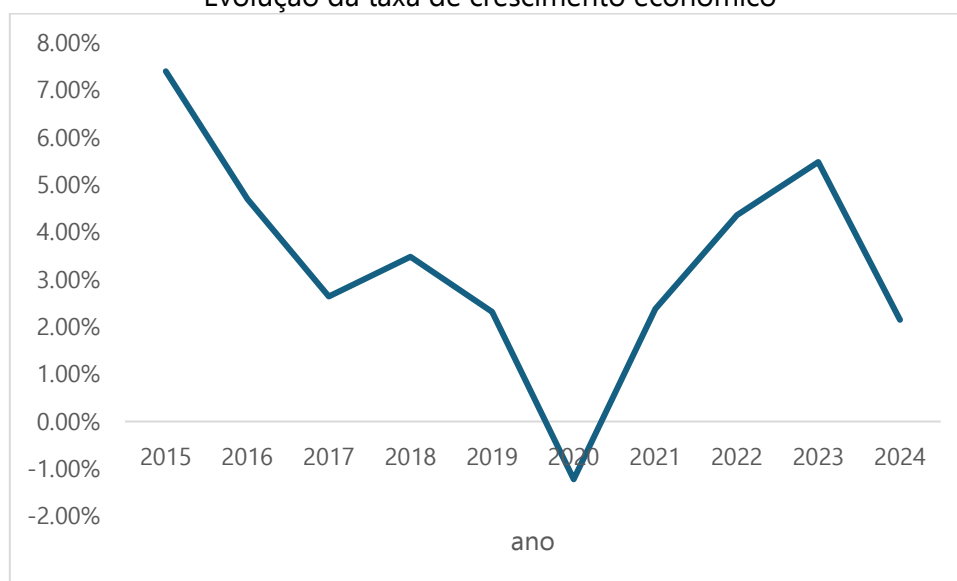
A análise da despesa pública mostra uma forte concentração de recursos no Governo central e um crescimento contínuo das despesas de funcionamento, influenciado principalmente pelo aumento dos custos com o pessoal. Este padrão pode reduzir a capacidade do Estado de expandir o investimento público produtivo e as despesas sociais prioritárias. Ainda que os sectores da educação e saúde tenham mantido níveis relativamente estáveis de afectação orçamental, a redução significativa da despesa destinada à agricultura, especialmente após 2020, ressalta preocupações relevantes num país em que grande parte da população (70%) depende da agricultura de subsistência, e a agricultura contribui em cerca de 23% para o PIB (Crescimento Inclusivo em Moçambique, 2024). A diminuição do investimento neste sector pode comprometer a segurança alimentar, a geração de rendimento rural e os esforços de redução da pobreza.

Os resultados apresentam de forma geral como a despesa pública está alocada, mas não aborda os efeitos sobre os mais desfavorecidos. Como tal, segundo o Banco Mundial (2024), apenas uma pequena proporção da despesa pública beneficia os 20% mais pobres da população moçambicana. Os dados mostram que somente 16,1% da despesa total, 15,6% das transferências sociais, 17,5% das despesas em saúde e 15,1% das despesas em educação favorecem os grupos mais pobres. Estes resultados sugerem que

os mecanismos de redistribuição fiscal permanecem insuficientes para reduzir as desigualdades sociais. Assim, mesmo em sectores directamente associados ao desenvolvimento humano, como a saúde e educação, os benefícios da despesa pública parecem concentrar-se de forma desigual.

A persistência destas fragilidades fiscais e estruturais, coexiste com indicadores sociais e económicos desfavoráveis no país. Segundo Mucocana e Mosca (2026), a taxa de pobreza aumentou de 46,1% em 2014/15 para 62,9% em 2022, revelando um agravamento significativo das condições de vida da população. Paralelamente, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) permaneceu abaixo de 0,5 entre 2015 e 2022, situando Moçambique entre os países de baixo desenvolvimento humano. De igual modo, os dados do INE (2024) indicam que a taxa média de crescimento económico entre 2015 e 2024 foi inferior (3%) à registada na década anterior (7%), evidenciando um abrandamento da actividade económica neste período. Adicionalmente, de acordo com o gráfico 7, no início do período (2015) a taxa de crescimento económico estava em torno de 7%, tendo ela caído até cerca de 1% negativo, mas evidenciando uma recuperação para cerca de 5% em 2023. Esta aparente recuperação do ritmo do crescimento económico voltou a desandar no último ano (2024), confirmando que 2015-2024 foi um período de grandes oscilações no crescimento económico.

Gráfico 7
Evolução da taxa de crescimento económico



Fonte: dados do INE: contas nacionais (2024), elaborado pelo autor

Assim, os resultados demonstram que a actual estrutura das finanças públicas enfrenta desafios significativos em termos de sustentabilidade, eficiência e capacidade redistributiva, e este cenário não é exclusivo das contas públicas, pois é acompanhado por indicadores socioeconómicos desfavoráveis, sobretudo o crescimento económico.

6. RESUMO

As principais constatações deste trabalho são:

- Os donativos desempenham um papel importante na redução do défice do Orçamento do Estado.
- As receitas públicas apresentaram crescimento ao longo do período, com o IRPC e o IVA a desempenharem papel dominante, enquanto os donativos continuaram a ser fundamentais para atenuar o défice, apesar de a dependência externa relativa ter diminuído.
- A dívida pública externa foi a principal fonte de endividamento do Estado, embora a tendência seja de maior crescimento da dívida interna. No domínio da dívida, o país registou níveis persistentemente elevados, com o stock total a atingir valores que, em alguns anos, ultrapassaram o PIB, e com crescente pressão da dívida interna (sobretudo após as designadas dívidas ocultas), cuja trajectória ascendente contrastou com a redução relativa da dívida externa.
- No que respeita à despesa total, observou-se uma forte concentração no governo central e predomínio crescente das despesas de funcionamento, caracterizadas pelo aumento acentuado dos custos em pessoal. A afectação sectorial manteve-se relativamente estável para a educação e saúde, mas revelou queda significativa na agricultura, sobretudo após 2020.

As análises mostram que as receitas públicas cresceram e, junto com os donativos, ajudam a reduzir o défice, enquanto a dívida pública permanece elevada, com aumento da componente interna. As despesas concentram-se no governo central, com predominância dos custos com pessoal e com pouca alocação para a agricultura.

Os desequilíbrios apresentados pelas contas públicas têm lugar no mesmo período em que se nota oscilações significativas no nível crescimento económico, aumento da taxa da pobreza e manutenção de baixos níveis de IDH.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amo-Yartey, C., & Turner-Jones, T. (Eds.). (2014). *Caribbean renewal: Tackling fiscal and debt challenges*. International Monetary Fund.

Boene, T. (2025). *Reflexos da instabilidade e urgência de reformas fiscais*. Centro de Integridade Pública.

Crescimento Inclusivo em Moçambique. (2024). *Desenvolvimento agrário em Moçambique 2000–2022*.

International Monetary Fund. (2026). *Republic of Mozambique: 2025 Article IV consultation—Press release; staff report; and statement by the executive director for Republic of Mozambique* (IMF Country Report No. 26/45). International Monetary Fund.

Ministério da Economia e Finanças. (2016). *Conta geral do estado referente ao exercício económico 2015*. Ministério da Economia e Finanças.

Ministério da Economia e Finanças. (2017). *Conta geral do estado referente ao exercício económico 2016*. Ministério da Economia e Finanças.

Ministério da Economia e Finanças. (2018). *Conta geral do estado referente ao exercício económico 2017*. Ministério da Economia e Finanças.

Ministério da Economia e Finanças. (2019). *Conta geral do estado referente ao exercício económico 2018*. Ministério da Economia e Finanças.

Ministério da Economia e Finanças. (2020). *Conta geral do estado referente ao exercício económico 2019*. Ministério da Economia e Finanças.

Ministério da Economia e Finanças. (2021). *Conta geral do estado referente ao exercício económico 2020*. Ministério da Economia e Finanças.

Ministério da Economia e Finanças. (2022). *Conta geral do estado referente ao exercício económico 2021*. Ministério da Economia e Finanças.

Ministério da Economia e Finanças. (2023). *Conta geral do estado referente ao exercício económico 2022*. Ministério da Economia e Finanças.

Ministério da Economia e Finanças. (2024). *Conta geral do estado referente ao exercício económico 2023*. Ministério da Economia e Finanças.

Ministério da Economia e Finanças. (2025). *Conta geral do estado referente ao exercício económico 2024*. Ministério da Economia e Finanças.

Mucocana, M. e Mosca, J. (2026, no prelo). *Desenvolvimento económico e social em Moçambique. Observador Rural* (número por definir). Observatório do Meio Rural.

World Bank. (2024). *Who benefits from public spending? New evidence on pro-poor investments*. Acedido em 8 de Maio 2026.

World Bank. (2025). *World development indicators*. Acedido em 11 de Dezembro de 2025. World Development Indicators | DataBank.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores

E-mail: office@omrmz.org

Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.
Maputo – Moçambique